

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i38.1152>

***A INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS CHEFES COSTUMEIROS PELOS PARTIDOS  
POLÍTICOS, GOVERNO E O ESTADO, EM CONTEXTOS ELEITORAIS NO  
DISTRITO DE HOMOÍNE (MOÇAMBIQUE), 1994 – 2014<sup>1</sup>***

***THE INSTRUMENTALIZATION OF CUSTOMARY CHIEFS BY POLITICAL  
PARTIES, THE GOVERNMENT AND THE STATE IN ELECTORAL CONTEXTS IN  
THE DISTRICT OF HOMOÍNE (MOZAMBIQUE), 1994 – 2014***

***L'INSTRUMENTALISATION DES CHEFS COUTUMIERS PAR LES PARTIS  
POLITIQUES, LE GOUVERNEMENT ET L'ÉTAT DANS LES CONTEXTES  
ELECTORAUX DU DISTRICT DE HOMOINE (MOZAMBIQUE), 1994-2014***

DÉRCIO CARLOS ALBERTO

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7379-4943>

Doutorando em História pela Universidade de Aix-Marseille (AMU)

Membro do *Institut des Mondes Africains* (IMAF) e do *Patrimoines locaux, Environnement et Globalisation* (PALOC), França.[dercio.alberto@etu.univ-amu.fr](mailto:dercio.alberto@etu.univ-amu.fr)

**Resumo:** O presente artigo explora a complexa dinâmica da instrumentalização dos chefes costumeiros pelos partidos políticos, governo e Estado, nos processos eleitorais em Homoíne (Moçambique). Quase que unanimemente descritos como auxiliares administrativos da administração colonial, os chefes costumeiros – mais especificamente os régulos, cabos e indunas – representam no imaginário social e ideológico da FRELIMO pós-independência, o tipo de sociedade a eliminar – a dita tradicional. Na sequência, as estruturas de matriz costumeira estabeleceram novas alianças políticas no contexto da guerra civil, o que conduziu a dinâmicas complexas no âmbito dos processos eleitorais pós-conflito. O artigo resulta de quatro fontes principais: a imprensa, legislação, fotografias e a oralidade – entrevistas. Não buscamos afirmar de maneira peremptória que os resultados eleitorais têm sido determinados pela influência manipuladora exercida pelas lideranças locais. Procuramos demonstrar que a sua participação parcial e seu posicionamento político foi desempenhando um papel de considerável peso nas escolhas partidárias das comunidades – o que justifica a nosso argumento – que associa – de alguma forma – a mudança de partido do Regulo Machavele em 1999 – por exemplo, com a perda de campo da RENAMO naquele regulado e não só. É na virada do século, a partir da década de 2000 – precisamente com a aprovação e implementação do Decreto 15/2000, que se delineiam alterações marcantes nas opções e posicionamentos políticos dos líderes. Essas mudanças, por sua vez, vincam ainda mais a influência iniciada na década 1990, nos resultados eleitorais. Este fenômeno, ao se refletir de alguma maneira nos resultados das eleições, ressalta a importância de uma análise aprofundada das nuances que permeiam a interação entre os chefes costumeiros, os atores políticos institucionais e as dinâmicas eleitorais locais.

**Palavras-chave:** Chefs costumeiros. Partidos políticos. Eleições.

**Abstract:** This article delves into the complex dynamics involving the instrumentalization of customary chiefs by political parties, the government, and the state in the electoral processes of Homoíne, Mozambique. Almost unanimously Customary chiefs specifically régulos, cabos, and indunas were historically seen as administrative aides to the colonial regime, perceived by post-independence FRELIMO as representatives of a “traditional society” to be eliminated. During the civil

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2024 e aprovado para publicação em maio de 2024.

war, these chiefs formed new political alliances, leading to intricate dynamics in post-conflict electoral processes. The article draws from four main sources: press, legislation, photographs, and oral interviews. This study does not assert that elections outcomes are directly manipulated by local leadership. Instead, it demonstrates that the partial involvement and political positioning of these chiefs have significantly influenced the party choices of their communities. This supports the argument that, for example, Regulo Machavele's party switch in 1999 was linked to RENAMO's declining influence in that area. Significant changes in the political choices and positions of leaders emerged at the turn of the century, precisely with the approval and implementation of Decree 15/2000, which reinforced the influence initiated in the 1990s on electoral results. This phenomenon, reflected in election results, underscores the importance of a thorough analysis of the interactions between customary chiefs, institutional political actors, and local electoral dynamics.

Keywords: customary chiefs; political parties; elections.

**Keywords:** Customary chiefs. Political parties. Elections.

**Résumé:** Cet article explore la complexité des dynamiques d'instrumentalisation des chefs coutumiers par les partis politiques, le gouvernement et l'État, dans les processus électoraux à Homoine (Mozambique). Presque unanimement décrits comme des auxiliaires administratifs de l'administration coloniale, les chefs coutumiers – plus spécifiquement les régulos, cabos et indunas – représentent dans l'imaginaire social et idéologique du FRELIMO post-indépendance, le type de société à éliminer – la dite traditionnelle. En revanche, les structures dites coutumières établissent des nouvelles alliances politiques dans le contexte de la guerre civile, ce qui conduit à des dynamiques encore plus complexes dans le cadre des processus électoraux post-conflit. L'article s'appuie sur quatre sources principales : la presse, la législation, les photographies et l'oralité – les interviews. Nous ne cherchons pas à affirmer de manière concluante que les résultats électoraux ont été déterminés par l'influence manipulatrice exercée par les chefs locaux. Nous cherchons à démontrer que leur participation partielle et leur positionnement politique ont joué un rôle considérable dans les choix partisans des communautés. Ce qui justifie notre argument – qui associe, d'une certaine manière, le changement de parti du Régulo Machavele en 1999 – par exemple, avec la perte de terrain de la RENAMO dans son regulado et au-delà. C'est à partir des années 2000 – précisément avec l'adoption et la mise en œuvre du décret 15/2000, que se dessinent des changements marquants dans les options et positionnements politiques des chefs. Ces changements, à leur tour, accentuent encore plus l'influence initiée dans les années 1990 sur les résultats électoraux. Ce phénomène, en se reflétant, d'une certaine manière, dans les résultats des élections, souligne l'importance d'une analyse approfondie des nuances qui imprègnent l'interaction entre les chefs coutumiers, les acteurs politiques institutionnels et les dynamiques électorales locales.

**Mots-clés:** Chefs coutumiers. Partis politiques. Élections.

## Introdução

*wuhosi ga chilungu wu fuma hi kutiba* (Rita-Ferreira, 1960).

Embora Rita-Ferreira (1960, p. 81) explique que “[...] esta expressão é baseada na circunstância, de as autoridades europeias manifestarem preferência pelos ‘chefes gentílicos’ de maior capacidade e mais conhecimentos”, entendemos que, mais do que isso, o aforismo procura estabelecer a diferença entre o dito poder “costumeiro – local” e o considerado “moderno” – que no contexto da etnografia que resultou na recolha dos aforismos por Rita-Ferreira, trata-se da administração colonial portuguesa.

Sobre a multiplicidade das interpretações do aforismo apresentando, a própria tradução coloca-nos duas possibilidades – (i) o poder “moderno” domina/governa pela competência/conhecimento; ou (ii) o poder “moderno” governa pela educação/escolarização. De qualquer das formas, a tradução de ditados, adágios, aforismos ou outras expressões da mesma natureza ou tipologia, transcende a equivalência das palavras, como fê-lo Rita-Ferreira. É essencial que se procure compreender essencialmente o teor subjacente, que, muitas vezes, fica subentendido pela estilística da respectiva língua.

Apesar da multiplicidade das interpretações possíveis, o debate central sobre “*wuhosi ga chilungu wu fuma hi kutiba*”, é referente ao questionamento, relativamente a existência ou não de diferenças entre o poder estatal e o costumeiro<sup>2</sup>. A resposta nos parece óbvia, sim – embora os dois poderes tenham elementos que possam ser considerados como simétricos. Nisso, entendemos que a diferenciação, expressa pelo aforismo, procura situar os limites de cada tipo de poder, o que nos permite analisar, de certa forma, a dinâmica das relações entre o Estado e as lideranças costumeiras – a partir da década 1990 em Moçambique.

Sobre esse assunto, um dos debates mais importantes sobre os chefes costumeiros no imediato pós-independência dos países africanos é concernente à legitimação e à legitimidade das autoridades locais em África e às relações entre essas duas formas de poder – “costumeiro” e “estatal”. Em algumas das antigas colónias britânicas – Nigéria, Zimbábue e África do Sul – por exemplo, os Estados perceberam a necessidade de aliar-se aos chefes locais – considerados chefes das “tribos” e “etnias”. Mais especificamente, no caso da Nigéria e do Gana, os chefes locais tiveram, ainda na década 1960, existência legal e reconhecimento do Estado – estes tinham os ditos *Houses of chiefs* e mantiveram um papel significativo na vida política dos respectivos países (Vaughan, 1988, p. 7). As tentativas de integração dessas estruturas locais são notáveis nas antigas colónias francesas, no mesmo período. Entretanto, nas antigas colónias portuguesas, a situação é dissímil. Entre os anos 1970 e 1980, os “partidos-Estados marxistas” — Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA (em Angola) e Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO (em Moçambique) consideram os Sobas, em Angola, e os régulos, em Moçambique, como criações portuguesas e colaboradores do colonialismo, tanto quanto percebem as “tribos” e as “etnias” como

---

<sup>2</sup> Opta-se pela designação costumeiro em virtude de “tradicional” pelas ambiguidades que envolvem o conceito de “tradição” em si. Ver sobre este assunto, por exemplo: Hobsbawm e Ranger (1983) e Bayart (2013).

invenções coloniais ou, pelo menos, como uma divisão acentuada pelos europeus, de forma a “melhor dominarem”, ainda que Dominique e Siméant-Germanos (2011) e Amselle (2018) tenham demonstrado, posteriormente, que diferentes regimes pós-coloniais em África, também, utilizaram a questão da pertença a “tribos” ou “etnias<sup>3</sup>” em suas lutas por recursos públicos<sup>4</sup>. A historiografia sobre a questão da participação política contemporânea dos chefes costumeiros parece tender a unanimar a ideia de que a aliança político-partidária de um chefe local joga influência significativa na aderência dos demais membros do mesmo grupo e/ou comunidade ao mesmo partido.

Na África do Leste, o debate foi, desde cedo, monopolizado e, essencialmente, sustentado pelo argumento da “hierarquização racial”, tornando-se exemplo expoente, a região dos grandes lagos. Ainda assim, não nos parece ter havido, pelo menos de forma impactante, alguma associação entre tal “hierarquização racial” às chefaturas dos diferentes grupos do Ruanda e Burundi (Chretien, 1985, p. 131). Porém, essa situação criou dinâmicas complexas no relacionamento dos diferentes grupos, sendo, por isso, apontada por Chretien (2000), como sendo das principais “raízes históricas das tensões, conflitos e genocídios”. Por seu turno, nas principais colônias portuguesas, Moçambique e Angola – em África, a questão da “racialização” dos diferentes grupos sociolinguísticos não se generalizou e nem tomou grande importância ou impacto na mesma dimensão que assume-se ter tido na região dos grandes lagos.

As fontes coloniais – relatórios administrativos, cartas, etc., datando do fim do século XIX e de inícios do século seguinte – usam, com alguma frequência, a terminologia “raça” para se referir aos diferentes grupos sociolinguísticos locais. Em 1910, o administrador colonial de Inhambane, António Augusto Pereira Cabral<sup>5</sup>, elaborou “raças, usos e costumes dos indígenas de Inhambane”, onde apresenta hipóteses sobre a povoação de Homoine<sup>6</sup>, referindo-se aos Bitongas como a primeira “raça” a instalar-se naquela região, seguidos dos

---

<sup>3</sup>A tribo e etnia são das designações mais delicadas e complexas encontradas nas interpretações coloniais e pós-coloniais sobre África. Conforme reitera Amselle (1985, p. 16), as definições de tribo e etnia são bastante escassas e todas giram em torno de algumas grandes características. Através das diferentes acepções que o autor menciona, são notáveis critérios comuns, tais como: a língua, um espaço, costumes, valores, um nome, uma mesma descendência e a consciência que os atores sociais têm de pertencer a um mesmo grupo. Por fim, o mesmo autor destaca que o denominador comum de todas essas definições de etnia corresponde, em última instância, a um Estado-nação de caráter territorial de segunda classe.

<sup>4</sup> Ver sobre este debate, Amselle e M’Bokolo (1985).

<sup>5</sup> Geralmente designado por Augusto Cabral e que assim constava em vários documentos coloniais, exerceu os cargos de Secretário Civil do governo do distrito de Inhambane entre 1908 e 1914, e o de Secretário dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques entre 1915 e 1925.

<sup>6</sup> O Distrito de Homoine está localizado na parte central da Província de Inhambane, no sul de Moçambique. Faz fronteira com o Distrito de Funhalouro a norte, o Distrito de Jangamo a sul, a cidade de Maxixe a leste, o Distrito de Panda a oeste e o Distrito de Morrumbene a nordeste.

Ma-Tswas e Ma-Chopes, considerando aquela inferior comparativamente às duas outras. Analisando, especificamente, a hipótese de Cabral sobre o povoamento de Homóine, ainda que sem entrar no dédalo da história da antiguidade e/ou nas discussões sobre as historiografias ditas pré-coloniais, verificamos que parte das suas hipóteses foi refutada por estudos posteriores<sup>7</sup>.

Ainda assim, apesar de todas as problemáticas e questionamentos que incidem sobre as fontes coloniais, sobretudo na questão da “descolonização” das fontes, alguns pontos apresentados por Cabral parecem-nos interessantes – as divisões: Ma-Tswas, Bi-Tongas e Ma-Chopes – mesmo que a terminologia “raça” seja hoje contestada, a presença dos três grupos sociolinguísticos locais mantêm-se<sup>8</sup>. Trata-se dos grupos aos quais pertencem os chefes locais, que têm sobrevivido às múltiplas transformações políticas do país, sobre as quais Tunga-bau (2010, p. 15) entende que a manutenção das chefaturas e dos agrupamentos comunitários, que encarnam o poder costumeiro, retoma a questão das modalidades de edificação do Estado em África, onde a persistência das estruturas do “poder costumeiro” é real.

Para o caso específico de Moçambique, o poder costumeiro ocupa um lugar considerável na estrutura administrativa dos distritos e outras divisões administrativas menores (povoações, localidades, postos administrativos, etc.). Desde a década de 2000, o seu estatuto é oficialmente reconhecido pelo Estado, embora na prática o reconhecimento e a legitimação sejam complexos e ainda estejam em discussão, numa legislação em mutações que datam da década 1990. Essa constatação não pretende ser peculiar, pois retoma, de alguma forma, a análise de Forquilha (2006), ao considerar que, na maioria dos países africanos, o “regresso” dos chefes costumeiros e a sua relação com o Estado inserem-se no contexto da multiplicidade dos partidos políticos e da manutenção do poder político. As suas relações surgem, portanto, como uma estratégia do Estado e dos partidos políticos na busca de representações e vozes a nível das comunidades locais.

Na sua reflexão, Perrot (2003, p. 10) explica que o “Estado moderno” procura alcançar as comunidades rurais e transmitir as suas mensagens e diretrizes, e para isso deve utilizar outros canais distintos daqueles pelos quais chega aos habitantes urbanos e às novas ‘elites’. Ou seja, a relação entre o Estado, os partidos políticos e as estruturas locais de poder é uma estratégia governativa para um maior alcance e expansão do poder central, o que faz

---

<sup>7</sup> Ver no caso de Homóine, por exemplo, a tese de Passador (2011), na qual retoma com muito mérito os debates sobre historiográficos sobre o povoamento daquela região.

<sup>8</sup> Para mais detalhes sobre a população do distrito de Homóine, ver fontes oficiais: MAE (2005).

com que a sobrevivência das chefes costumeiros não seja resultado do seu próprio mérito, mas, sim, da necessidade do próprio Estado.

Sobre o Estado moçambicano, a primeira República<sup>9</sup> [Popular] de Moçambique – RPM foi oficialmente fundada, em 25 de junho de 1975, pela FRELIMO, no âmbito da independência, que se inicia com o governo de transição instituído em 1974. Poucos meses depois da proclamação da independência, iniciam-se os ataques, pelo movimento que viria a designar-se RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique. A situação rapidamente degenerou numa guerra civil<sup>10</sup>. Em 1990, a FRELIMO, a RENAMO, as sociedades civis e religiosas negociaram um Estado “democrático”, baseado numa nova constituição cujo artigo 1.º, por exemplo, explica que “a República de Moçambique é um Estado independente, soberano, democrático e socialmente justo”. Desde então, a legitimação do poder estatal e do governo em Moçambique é tão complexa que os períodos pré e pós-eleitorais são sempre momentos tensos e, por vezes, marcados por ameaças de regresso à guerra, com alguns focos de violência.

Em 2013, por exemplo, uma série de ataques militares em Muchungue e Gorongosa (província de Sofala, no centro do país) marcaram a ameaça mais próxima de retorno à guerra civil; em seguida, os ditos homens da RENAMO “instalaram-se” em Homoíne, o que fez com que a imprensa anunciasse o regresso à guerra. Em 2018, na véspera das eleições, a autoproclamada “junta militar<sup>11</sup>”, liderada por Mariano Nhongo (ex-general da RENAMO), voltou a realizar alguns ataques em Gorongosa. Poucos meses depois, alguns dos seus soldados renderam-se às autoridades e pediram perdão, incluindo o filho do fundador da RENAMO (André Matsangaissa Júnior).

Olhando-se para os processos eleitorais, desde 1994, as eleições em Moçambique têm sido realizadas regularmente (1994, 1999, 2004, 2009, 2014, 2019 e as mais recentes em 2023). Paradoxalmente, os resultados são sempre contestados pela RENAMO, o MDM – Movimento Democrático de Moçambique, mas também por outros partidos da oposição de expressão menor e observadores eleitorais que denunciam fraudes e irregularidades no processo eleitoral. Enfim, o presente artigo discute as dinâmicas locais dos processos

---

<sup>9</sup> Sobre a cronologia das “Repúblicas” em Moçambique, Alberto (2023) faz referência a uma multiplicidade de debates referentes à periodização das consideradas primeira e segunda repúblicas, realçando que “as balizas mais aceites são: 1975-1990 – para a primeira república, a designada República Popular de Moçambique (RPM); e 1990 – ao presente, como sendo o período referente à dita segunda república, República de Moçambique (RM). Para mais detalhes, ver: Alberto (2023).

<sup>10</sup> Sobre a opção pela designação “Guerra civil” e não dos “dezasseis anos”, ver Cahen (2019).

<sup>11</sup> Sobre o contexto do surgimento da junta militar e suas contestações, ver: Cahen (2020).

eleitorais em Moçambique, numa perspetiva focalizada na instrumentalização dos chefes costumeiros<sup>12</sup> pelos partidos políticos, Estado e governo a nível local. Significa compreender as dinâmicas específicas do distrito de Homóine na persuasão do eleitorado e na votação, por meio das lideranças ancoradas nos próprios sistemas de crenças locais. Note-se que Homóine é um distrito que, ao longo da guerra civil, sofreu vários ataques, dos quais um resultou no que pode se considerar, com algum consenso, o maior massacre da guerra civil em Moçambique – o chamado massacre de Homóine<sup>13</sup>.

O pós-guerra apresenta desafios peculiares em Homóine, por tratar-se de um distrito que teve instalada um base da RENAMO, além de alguns régulos, cabos e indivíduos com alguma influência comunitária terem sido considerados aliados da RENAMO durante a guerra civil, etc. Essa complexa realidade jogou significativa influência: (i) na reconciliação intrafamiliar e das famílias, cujos membros participaram na guerra de lados diferentes, pelas insistentes acusações de participação no massacre, saqueamentos, entre outros; (ii) nas disputas eleitorais; e (iii) na participação dos chefes costumeiros nos processos políticos pós-guerra. As entrevistas realizadas revelam uma relação de “patronatismo”, em que cada chefe local vai procurar apoiar e agradar ao seu mestre – partido/partido-Estado.

Esta pesquisa não pretende explorar a complexidade e a diversidade dos sistemas de crenças e nem fazer o/um mapeamento dos votos dos membros da comunidade, em função dos partidos dos seus respectivos chefes costumeiros. Pretende-se, sim, demonstrar, a partir das diferentes fontes historiográficas, de que formas esses actores socioculturais ou político-culturais são instrumentalizados; e, com base em alguns dados exemplificadores, explicar as repercussões que essa mesma instrumentalização foi tendo na manutenção do poder da FRELIMO em Homóine, e não somente.

### **Metodologias: fontes, historiografias e debates**

---

<sup>12</sup> Sobre aquilo que designamos chefes costumeiros (ou consuetudinários), no presente artigo, cabe sintetizar que tratam-se dos chefes locais cuja legitimação é baseada nos sistemas locais de *modus vivendi* ou que foram enraizando o seu poder nessa perspectiva, desde o período colonial. Trata-se dos régulos, chefes de terras, anciãos, chefes territoriais, chefes de clãs, etc.

<sup>13</sup> DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE. *África do Sul responsável pelo massacre de Homóine*, 23 jul. 1987; DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE. *Bandidos armados cometem massacre em Homóine*: 380 pessoas no sábado assassinadas. Doentes internados no hospital entre as vítimas, 22 jul. 1987; DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE. *Boers não têm coração*: Primeiro-Ministro Machungo ao falar do massacre de Homóine, 25 jul.1987.

O artigo tem a sua abordagem e as análises assentes essencialmente em quatro fontes principais: (i) legislação; (ii) imprensa; (iii) relatórios eleitorais; e (iv) fontes orais – que tomaram três facetas - (a) entrevistas individuais do tipo semi-abertas<sup>14</sup>; (b) grupos focais; e (c), de forma complementar, algumas visitas guiadas<sup>15</sup>.

Sobre a designação dos chefes costumeiros, os entrevistados explicam que os chefes ma-Tswas são chamados *Hosi*, os chefes bi – Tongas *Pfumo/Fumo* e os chefes Ma – Chopes *Nfumo*. Por outro lado, as fontes<sup>16</sup> legislativas do período colonial mostram que os portugueses adotaram os primeiros nomes “oficiais” – chefes cafreais, chefes gentílicos e régulos, para tentar uniformizar as designações dos chefes territoriais, chefes de clã, de linhagem, etc., nos finais do século XIX. Entretanto, o que se sabe sobre esses chefes, antes da presença colonial, resulta da interpretação das raríssimas fontes coloniais, as quais, como refere-se Chrétien (2000, p. 30), no seu estudo sobre a região dos grandes lagos, “[...] foram elaboradas com base nas observações dos etnógrafos coloniais”.

Ainda sobre as designações adotadas pela administração colonial, estas representam, de alguma forma, os objectivos e a relação que procura estabelecer com os chefes locais. Para além da introdução de designações em língua portuguesa, a administração colonial implementa reformas importantes, orientadas pela legislação portuguesa de 1912, 1933 e 1964, visando “persuadir” os chefes locais a aderirem às políticas coloniais. A legislação anunciava uma série de privilégios e obrigações, que os chefes eram obrigados a cumprir – o que, apesar de aumentar o seu poder, reduziu, consideravelmente, a sua autonomia e legitimidade. Não seria exagerado considerar que os chefes locais tornaram-se representantes locais da administração colonial e responsáveis por persuadir a população a aderir aos planos sociais, económicos e políticos da administração colonial.

---

<sup>14</sup> Trata-se de entrevistas realizadas no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado, entre 2020-2021, mas, igualmente, de trabalhos de campo rotineiros realizados entre agosto e setembro 2022, no contexto da preparação do meu projeto de tese.

<sup>15</sup> Sobre estas, Alberto (2023, p. 312) explica que um dos objetivos das visitas guiadas/comentadas nas pesquisas históricas é comparar a ‘palavra’ falada com o que se está eventualmente a observar – numa combinação entre a oralidade e a observação, que é uma técnica raramente utilizada em História. Ademais, as visitas guiadas constituem um capital importante na pesquisa da História oral, pois permitem auxiliar a memória dos entrevistados, fazendo com que os lugares despertem ao entrevistado e ao pesquisador a possibilidade de incremento de perguntas precisas, respostas e comentários, em função do espaço e do meio.

<sup>16</sup> Ver sobre este assunto, três fontes principais: MOÇAMBIQUE. *Constituição* de 11 de abril de 1933; MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei n. 39.666, de 20 de maio de 1954. Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. *Diário da República*, n. 110, série 1, 1954; MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei n. 39.668, de 20 de maio de 1954. Regula a admissão ao exame do 2ª ciclo por disciplinas singulares no Liceu Afonso de Albuquerque [...]. *Diário da República*, n. 110, série 1, 1954.



Analisada diacrónica-sincronicamente, a legislação colonial sobre os régulos evidencia a intenção do regime colonial – respeitar as dinâmicas dos sistemas costumeiros de legitimação de poder nas situações em que não comprometem o poder colonial. Com o alcance da independência, e ao longo de 1975-1990, os chefes foram excluídos da máquina administrativa, sendo a sua intervenção reduzida a situações marginais e informais. Geffray (1990) mostra, por exemplo, como os régulos foram integrados em Nampula, no contexto da guerra e Valá (2003), verificando o mesmo nos processos de gestão da terra no vale do Limpopo na década 1980. Muito recentemente, a tendência foi mantida, na qual verifica-se não ser a comunidade que escolhe os seus chefes costumeiros, nem o governo/Estado, mas, de acordo com o Decreto n. 15/2000<sup>17</sup>, o Estado deve reconhecê-los. Isso significa que, nos casos em que esses não respondem aos interesses estatais ou do governo, podem não ser reconhecidos e/ou substituídos – um posicionamento que denota uma continuidade da política colonial no relacionamento com as estruturas costumeiras.

Essas conclusões resultam, essencialmente, das fontes legislativas. Todavia, uma das limitações do uso deste tipo de fonte em História é não informar sobre o que se está a fazer ou acontecer, mas sim a respeito do que se pretende/deve-se fazer, o que pode ou não ser materializado. Para fazer face a essas limitações, optamos em cruzá-las com as orais. Assim, foi possível constatar que os chefes costumeiros de Pembe continuaram, durante o período colonial, com alguma liberdade e autonomia em relação aos chefes do atual posto-sede, onde a presença da administração colonial era mais notável. Em geral, a administração colonial no distrito de Homoíne era mais eficiente na recolha dos impostos, a qual contava com a intervenção dos régulos e cabos.

Ainda sobre a nomenclatura, após a independência e durante toda a vigência da primeira república (1975-1990), a FRELIMO herdou a última designação adotada pelos portugueses: “régulo”. A ascensão da FRELIMO ao poder, em 1975 marca, sem dúvidas, o início de uma nova etapa no relacionamento entre o Estado e os chefes costumeiros. Em geral, a FRELIMO tenta eliminar, com base na constituição da República (1975), todas as estruturas sociais que considera “tradicionalistas”<sup>18</sup> e colaboradoras da administração colonial. Por outro lado, conforme explica Geffray (1990), a RENAMO percebe, desde cedo, que os chefes locais são influentes nas suas respectivas comunidades e, com eles, estabelece alianças. Durante a

---

<sup>17</sup> CONSELHO DE MINISTROS. Decreto n. 15/2000, de 20 de junho de 2000. Estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do estado com as autoridades comunitárias. *Boletim da República*, n. 24, série 1, 20 jun. 2000.

<sup>18</sup> MOÇAMBIQUE. *Constituição da República Popular de Moçambique*, 1975.

guerra, a RENAMO instala bases militares nas zonas nas quais os chefes locais são os seus aliados. Em geral, os chefes costumeiros aliam-se à RENAMO durante a guerra, pois esta anuncia-se como defensora das “tradições”, chefaturas e democracia.

Em 1992, o Acordo Geral de Paz – AGP<sup>19</sup> “introduziu” a designação “autoridades tradicionais”. Finalmente, uma última designação, “chefe comunitário”, foi inserida em 2000 pelo Decreto 15/2000, a qual refere-se não só aos régulos, cabos e *nganakanas* (ancião), mas também aos chefes dos bairros, aos secretários de blocos, etc., cuja base de legitimação é meramente política. Curiosamente, a Constituição, aprovada em 2004, retoma a designação trazida pela AGP em 1992. Isso demonstra a dificuldade de encontrar uma designação que represente todos os líderes locais de grupos sociolinguísticos, clãs, entre outros.

A imprensa<sup>20</sup> mostra um debate contínuo sobre a questão dos chefes costumeiros, bem como a sua relação com a administração pública. O assunto é bastante delicado para o Estado que não cria legislação satisfatória –um exemplo dessa situação é que a Assembleia da República, o Ministério Público e o próprio Conselho de Ministros aprovam, regularmente, decretos e leis sobre esses mesmos chefes. Apesar das mais variadas e complexas metamorfoses do posicionamento do poder político estatal e governamental face aos chefes costumeiros, estes sobrevivem, adaptando-se aos diferentes momentos históricos. Sobre essa realidade, Forquilha (2009, p. 31) afirma: “Esta sobrevivência deve-se não apenas ao facto de gozarem de uma forte legitimidade social, como também pela sua capacidade em conciliar as expectativas do Estado ou de outras entidades, com as das comunidades”. As últimas três décadas, por exemplo, foram marcadas por rápidas mudanças nas relações entre os líderes locais de Homóine, o Estado e os partidos políticos.

### **Paz, eleições e chefes locais em Homóine: o (re)posicionamento sociopolítico das autoridades costumeiras**

Mozambique is preparing for national elections which observers hope will end a decade of civil war that followed independence. Official campaigning started this week, and the UN is assisting in voter education programmes in the capital Maputo and around the country. A Brazilian company retained to assist President Joaquim Chissano's ruling FRELIMO party in the election

<sup>19</sup> Protocolo V, alínea e) do parágrafo 9, III. Garantias específicas para o período que vai do cessar-fogo à realização das eleições. MOÇAMBIQUE. *Acordo Geral de Paz de Moçambique*, 1990.

<sup>20</sup>Ver por exemplo: CHISSANO quer os líderes tradicionais. *Domingo*, 27 out. 1996. *Notícias*, 12 ago. 1998; Administração Conjunta Vai Vigorar no País. *Notícias*, 21 jun. 1995; *Notícias*, 17 jul. 1995; *Notícias*, 18 jul. 1997; RÉGULOS aderem à FRELIMO em Homóine. *Notícias*, 29 out. 1999; GOVERNO Em Campanha Eleitoral Aumentar "Tako" Para Autoridades Comunitárias. *Verdade*, 8 ago. 2019.

campaign said a poll showed FRELIMO was the frontrunner. Of 3000 people surveyed last month, 47 per cent said they would vote for Chissano, while 21 per cent favoured former guerrilla force commander Afonso Dhlakama's RENAMO Party<sup>21</sup>.

O processo de votação é novo, pois as pessoas são ensinadas a votar, além da importância do voto, etc. Um aspecto que atrai a atenção no vídeo<sup>22</sup> (Moçambique – Primeiras Eleições Multipartidárias, 1994) são as condições em que a educação cívica ocorre. Tudo parece improvisado, e a presença dos sub-18 é notável<sup>23</sup>. Nas áreas urbanas, o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) e a Comissão Nacional de Eleições (CNE) promovem a educação cívica para o eleitorado por meio de contatos interpessoais, bem como pela mídia. Nas áreas rurais, os régulos, os líderes religiosos, entre outros, desempenham um papel relevante na educação cívica das pessoas que não têm acesso à mídia.

Nessa senda, em 1994, a CNE fez um trabalho de educação cívica no centro da vila de Homóine, sem chegar ao posto administrativo de Pembe<sup>24</sup> – situação que pode ser associada ao facto de Pembe ter tido uma base militar da RENAMO, o que justifica algum receio de entrarem naquelas comunidades para fazerem trabalhos de educação cívica. Salienta-se que a atmosfera durante os preparativos permanece tensa e marcada pelas acusações constantes da oposição sobre manipulações e fraudes. Nessa situação, os chefes costumeiros foram um importante recurso nas campanhas eleitorais.

Em 1994, pediram-nos para fazer campanhas para o recenseamento, para votos e tudo mais. Não se tratava de dizer para votar em X ou Z, começou com os Régulos de Pembe. Educaram as pessoas sobre a importância de votar e escolher quem achavam que seria um bom presidente para o país. Fomos nós. Nós próprios não acreditámos no que disseram, pensámos que, após as eleições, começaria uma nova guerra. Hoje, a orientação é diferente<sup>25</sup>

O cenário foi “evoluindo”, e a instrumentalização dos chefes costumeiros é cada vez mais explícita nas suas orientações. Sobre as eleições de 2014, por exemplo, o nosso entrevistado explica:

Agora são orientações claras para ajudar na campanha. Ajudamos no campo. São eles que pagam o nosso salário, talvez não muito e não todos os meses, mas pelo menos pagam e devemos estar gratos a eles. Por vezes ajudam-nos

<sup>21</sup> AP-ARCHIVE. *Mozambique: election preparations*, 23 set. 1994.

<sup>22</sup> MOZAMBIQUE: National Election Preparations. *Ap Archive*, 21 jul. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jCTxZVnb-b0> Acesso em: 14 jun. 2022.

<sup>23</sup> AP-ARCHIVE. *Mozambique: election preparations*, 23 set. 1994.

<sup>24</sup> Entrevista realizada a 30 de Dezembro de 2020

<sup>25</sup> Entrevista realizada a 18 de outubro de 2023.

com meios de transporte e de trabalho, principalmente bicicletas, charruas, etc.<sup>26</sup>.

Essas declarações mostram alguma complementaridade, na qual, em primeiro lugar, existe a ideia de imparcialidade na participação dos chefes costumeiros nas eleições de 1994. Por outro lado, os líderes do Pembe são considerados os primeiros a fazerem campanha por um partido político, a RENAMO. A FRELIMO adotou a mesma estratégia em 1999, conquistando, também, os chefes associados a RENAMO, Machavela e Bocucha. Com a introdução dos subsídios dos chefes no ano seguinte [2000], os chefes sentem-se obrigados a colaborar com a FRELIMO, como gratidão pelas “ofertas”.

### Imagem 1 – Régulos aderem à FRELIMO em Homoine



Fonte: Notícias<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Entrevista realizada em 30 de dezembro de 2020.

<sup>27</sup> RÉGULOS aderem à FRELIMO em Homoine. *Notícias*, 29 out. 1999.

A fonte<sup>28</sup> apresenta dois aspetos diacrónicos fundamentais: (i) a questão do chefe Machavele e a posse de armas; e (ii) a colaboração entre os régulos e a RENAMO, antes da mudança anunciada. Sobre a sua temática de fundo, o jornal marca um momento histórico nas relações entre a FRELIMO e o poder costumeiro local. Ainda que a RENAMO considere essa mudança como um resultado de um processo de aliciamento, mas, sobretudo, assumir que as estruturas criadas e instaladas pela FRELIMO, ao longo da primeira República, falharam, e que a (re)conquista dos chefes costumeiros é indispensável à legitimação da propaganda eleitoral a nível local. A mesma fonte mostra uma tentativa da FRELIMO em justificar a conflitualidade entre os dois poderes, alegando que isso deveu-se à falta de informação precisa sobre os chefes locais. Trata-se de uma situação propagandista, se considerarmos que alguns membros seniores da FRELIMO são de famílias “reais” – o pai de Eduardo Mondlane, por exemplo, era régulo. Ainda assim, esse é considerado um momento de fazer-se as pazes entre os dois grupos – chefes costumeiros e a FRELIMO.

Enfim, a fonte mostra-nos uma situação – mudanças de partidos – que começa em 1999 e intensifica-se nos anos 2000. Sobre os resultados, em 1994, a FRELIMO obteve 44%; e a RENAMO, 38% dos votos. No entanto, dada a cláusula de 5%, que exclui alguns partidos da representação parlamentar, os votos da FRELIMO permitem-lhe ganhar a maioria absoluta na Assembleia da República<sup>29</sup>. Em 1999, a CNE anunciou, em Maputo, os resultados das eleições gerais de 3 a 5 de dezembro de 1999<sup>30</sup>. Nessas eleições, Joaquim Chissano foi reeleito presidente de Moçambique, mas, por uma margem muito menor do que em 1994. Vejamos a tabela de resultados de 1999:

**Tabela 1-** Resultados das eleições de 1999 no distrito de Homoine

---

<sup>28</sup> RÉGULOS aderem à FRELIMO em Homoine. *Noticias*, 29 out. 1999.

<sup>29</sup> COMISSAO NACIONAL DE ELEICOES. *Resultados eleitorais*, 1994

<sup>30</sup> COMISSAO NACIONAL DE ELEICOES. *Resultados eleitorais*, 1999.

Posto Administrativo	Localidade	Local de Votação	Dihakama	Chissano	Votos Válidos	Votos Nulos	Votos Brancos	Votos na Urna	Número Eleitores
HOMOINE-SEDE	GOLO	EP1-Golo	371	1,418	1,789	100	109	1,998	3,113
HOMOINE-SEDE	GOLO	EP1-Zualo	255	1,705	1,960	38	126	2,124	2,872
HOMOINE-SEDE	GOLO	EP1-Mafuiane	287	1,360	1,647	126	93	1,866	2,954
HOMOINE-SEDE	VILA-SEDE	EP1 SEDE	583	4,483	5,066	191	289	5,546	7,385
HOMOINE-SEDE	HOMOINE-SEDE	EP1 MACHAVELA	379	1,785	2,164	158	198	2,520	3,276
HOMOINE-SEDE	CHINGINGUIR	EP1 MUBALO	162	1,459	1,621	29	136	1,786	2,443
HOMOINE-SEDE	CHIZAPELA	EP1-Chizapela	624	2,200	2,824	97	108	3,029	4,340
HOMOINE-SEDE	INHAMUSSUA	ALPENDRES- Inhamussua	609	2,067	2,676	80	216	2,972	4,328
HOMOINE-SEDE	MUBECUA	EP1-MAIAICE	645	1,428	2,073	92	202	2,367	4,271
PEMBE	PEMBE-SEDE	EP1 QUEMANHANE	1,066	1,310	2,376	95	186	2,657	3,876
PEMBE	NHAULANE	EP1-Nhaulane	691	1,147	1,838	105	106	2,049	2,707
<b>TOTAIS</b>			<b>5,672</b>	<b>20,362</b>	<b>26,034</b>	<b>1,111</b>	<b>1,769</b>	<b>28,914</b>	<b>41,565</b>

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (1999).

Nas eleições de 1994 e 1999, a província de Inhambane teve o maior número de votos a favor da RENAMO na região sul do país. O distrito de Homoine tem o maior número de votos a favor da RENAMO a nível provincial. Ademais, a província de Inhambane apresenta a menor diferença entre os votos da FRELIMO e da RENAMO na mesma região (ver tabela 2). No final da década de 1990, os chefes costumeiros começaram a aderir à FRELIMO, principalmente com a introdução da tabela de subsídios<sup>31</sup> para os chefes locais. Os chefes recrutam uns aos outros para se juntarem à FRELIMO.

**Tabela 2** - Evolução dos resultados eleitorais por província, 1994, 1999, 2004, 2009

Eleições	Círculos Eleitorais												
	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Maputo Cidade	Total	
1994	Eleitores	281 292	551 716	1 286 002	1 170 564	378 051	322 672	493 613	461 725	405 448	334 802	462 957	6 148 842
	Frelimo	97 169	250 436	300 933	278 559	83 838	63 620	53 667	192 659	259 868	198 429	293 511	2 072 689
	Renamo	68 531	98 180	472 638	463 844	131 444	134 176	284 495	42 018	8 513	17 749	33 436	1 755 024
	Outros	84 497	170 749	389 565	254 459	99 839	72 766	92 226	168 330	96 433	76 474	72 560	1 577 898
1999	Eleitores	356 693	618 451	1 434 764	1 384 626	503 422	421 266	593 877	495 981	465 151	369 234	455 640	7 099 105
	Frelimo	83 231	240 097	284 954	187 066	105 198	83 828	57 672	162 660	288 916	216 446	275 193	1 985 261
	Renamo	95 885	104 001	319 587	427 186	139 806	149 275	208 984	53 797	11 443	24 412	45 111	1 579 487
	Outros	61 021	127 919	283 590	245 953	95 254	73 781	72 107	87 811	76 837	34 713	29 660	1 188 646
2004	Eleitores	502 410	845 962	1 972 927	1 874 601	636 961	582 957	851 710	654 976	695 665	569 904	678 252	9 866 325
	Frelimo	92 035	204 159	208 957	148 186	248 400	86 462	71 102	128 012	290 485	163 018	208 476	1 849 292
	Renamo	37 450	46 759	173 014	215 155	70 671	85 429	180 327	16 394	5 279	16 729	34 566	881 773
	Outros	23 343	61 366	110 893	113 590	50 110	35 763	55 800	37 029	33 639	23 472	19 242	564 247
2009	Eleitores	544 770	888 197	1 801 249	1 770 910	796 257	648 969	772 630	641 387	639 658	616 208	695 354	9 815 589
	Frelimo	151 906	271 432	379 060	264 990	348 062	181 778	163 501	221 776	367 135	242 257	271 755	2 863 652
	Renamo	24 467	49 828	163 590	200 666	40 594	63 800	74 208	18 099	5 269	21 250	19 107	680 878
	Outros	33 148	75 737	145 376	132 647	47 166	47 434	125 600	60 342	28 555	32 232	78 486	806 723

Fonte: Nuvunga (2013, p. 40).

<sup>31</sup> Que veio a materializar-se com a aprovação do Decreto 15/2000.

Se olharmos simplesmente para o número de votos no Sul de Moçambique, vemos que, nas eleições de 2004 e 2009, a província de Inhambane já não é a que dá mais votos à RENAMO, pois essa posição é assumida pela cidade de Maputo, seguida pela província de Maputo. Ainda sobre as eleições de 2004, Homoíne apresenta quase todos os seus líderes em cerimónias com membros do governo, o que pode, eventualmente, ser associado ao enfraquecimento da posição de Homoíne no contexto eleitoral.

### Os chefes costumeiros e a bênção aos candidatos

Para além das mudanças de partidos em 1999, por parte de alguns chefes locais, a FRELIMO começa a buscar por bênções junto aos chefes costumeiros, em períodos eleitorais. Sobre os quais conta-se:

[Eles] vinham aqui em casa, era realmente [para] fazerem cerimónias. [o Régulo] invocava os espíritos para abençoar a campanha eleitoral e trazer bons resultados. Uma vez foi convidado [tratava-se possivelmente das primeiras tentativas de convencer o Régulo a aderir a RENAMO] participar numa cerimónia no posto administrativo - Sede, mas recusou, as pessoas o consideravam um inimigo. Nessa altura, [ele] não gostava da FRELIMO<sup>32</sup>.

Sim. O que acontece é que o representante do partido era sempre exido bons resultados em cada distrito. Não era exatamente o candidato que vinha. Mas abençoar a campanha já iria ajudar o candidato também e funcionava muito bem. O importante é dar alguma coisa para agradar os espíritos. E proteger os membros contra tudo de pode acontecer, mesmo se tentarem enviar maldições<sup>33</sup>.

O primeiro extrato, retirado de uma conversa com a viúva de um Regulo, leva-nos a uma discussão antropológica sobre o *Kuphatlha* – o alcance/funcionamento da cerimónia de pedido de bênções. Ou seja, as bênções dos chefes costumeiros só funcionam na região do chefe ou influenciam pessoas de outras regiões, grupos, clãs, linhagens, etc.? Trata-se de uma questão em aberto devido à falta de dados, que nos permitam discuti-la no presente artigo. Os entrevistados, tanto em 2021, assim como em 2022 e 2023<sup>34</sup>, mostram incertezas e discordâncias sobre essa questão. Ainda assim, a hipótese que formulamos com base nessas discussões é que, a depender da natureza das bênções, é possível que sejam limitadas a um

<sup>32</sup> Entrevista realizada em sua residência, 30 de janeiro de 2021.

<sup>33</sup> Entrevista realizada aos 30 de janeiro de 2021.

<sup>34</sup> Anos de realização de trabalhos de campo em Homoíne: para o mestrado – 2021; na construção da minha candidatura a tese – 2022; e no trabalho de campo para elaboração da tese em andamento – 2023.

determinado espaço, mas podem também transcender ao espaço de influência do líder que pede a bênção.

**Foto 1** - Armando Guebuza, membros do partido FRELIMO e um *régulo*



Fonte: Relatório da Campanha Eleitoral da FRELIMO (2009, p. 162).

De forma descritiva, a fonte citada (foto 1) mostra Armando Guebuza e um chefe costumeiro a pedir bênçãos aos antepassados numa cerimónia '*Khupatla*' (adoração dos antepassados). Esse é um momento relativo à campanha eleitoral de 2009. As bênçãos são para a campanha eleitoral. Pede aos antepassados que abençoem a sua campanha e que esta decorra da melhor forma possível, que ele ganhe as eleições, etc. É de notar-se que a influência dessa cerimónia não reside na bênção que traz, mas na influência que tem sobre os eleitores. Nas zonas rurais, os chefes costumeiros são vistos como homens com poderes sobrenaturais; por isso, ao realizar essa cerimónia, a comunidade vê o candidato como um indivíduo abençoado. Um olhar mais atento à fotografia pode sugerir que a cerimónia não foi conduzida de uma forma dita 'normal'.

Há duas razões que podem sustentar essa constatação: (i) os produtos oferecidos aos antepassados – embora as características da *kuphahla* variem entre linhagens, clãs, famílias, região, etc., a verdade é que trata-se de uma cerimónia na qual, em muitos grupos do sul de Moçambique, espera-se que o chefe ofereça, aos antepassados, bebidas locais, sal, farinha e, por vezes, tecidos brancos, vermelhos e pretos. De todos esses artigos/produtos, apenas o sal e a farinha são visíveis na fotografia, enquanto os outros produtos (coca-cola, batatas fritas, frango, etc.) são “estranhos” à cerimónia.

Outro factor a considerar: (ii) o local onde a cerimónia é realizada – geralmente, as cerimónias para pedido de bênçãos ocorrem debaixo de árvores específicas, onde se acredita que os espíritos dos antepassados da comunidade e do chefe em particular habitam ou repousam. Entretanto, a cerimónia, ilustrada na fotografia, acontece num espaço aberto, com



produtos na esteira e pessoas na relva, o que pode levantar algumas dúvidas sobre as circunstâncias e os verdadeiros objectivos da cerimónia.

Uma das questões que pode ser colocada em relação a essa foto diz respeito à relação existente entre os chefes (o chefe costumeiro e o chefe de estado-FRELIMO), mas, essencialmente, à participação dos chefes costumeiros nos processos eleitorais. Infelizmente, não se pode afirmar com certeza que o chefe local seja membro do partido, pois uma das principais limitações da fotografia como fonte histórica é a descontinuidade do evento. Não podemos saber se é o início, o meio ou o fim da cerimónia e nem a razão de ter aceite participar da mesma. A cerimónia ilustrada permite-nos problematizar o apoio dos chefes costumeiros à hegemonia da FRELIMO e à sua permanência no poder.

**Foto 2** - Capturas de ecrã 1<sup>35</sup> e 2: Agostinho Trinta com os membros da AMETRAMO e o pastor da igreja de Zione



Fonte: Gabinete Distrital de Eleições da Frelimo-Homoine (2014)<sup>36</sup>.

Os membros da Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique – AMETRAMO são influenciadores comunitários devido ao poder espiritual que se acredita possuírem. Em 2014, para além do encontro que a FRELIMO teve com os chefes

<sup>35</sup> Todas as capturas feitas na página oficial do Gabinete Distrital de Eleições da FRELIMO – Homoíne, link: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100069587841896>.

<sup>36</sup> Cda Trinta, pedindo voto aos membros da AMETRAMO, em Homoíne, para votarem na FRELIMO e Nyusi, no dia 15 de outubro de 2014. Almeida e Elina Gomes, no encontro de cortesia com o pastor da igreja Zione, em que pediram votos para FRELIMO, e o seu candidato Filipe Jacinto Nyusi, em 28 de setembro de 2014

costumeiros, apelou aos curandeiros (Nyangas) AMETRAMO, para votarem e abençoarem a sua campanha eleitoral.

O interesse, na foto 1 e nas capturas de ecrã 1 e 2 reside no facto de representarem três “níveis” diferentes de “busca de bênçãos”. Na fotografia 1, os chefes locais são responsáveis por fazer o pedido aos ancestrais, como mostrado acima<sup>37</sup>. Nas capturas de ecrã, a primeira mostra a FRELIMO numa procura de votos e bênçãos dos *Nyangas*<sup>38</sup>.

Enquanto a relação das partes e do Estado com os Nyanga é vista como inevitável, dada a sua proximidade com os chefes costumeiros, a última fotografia apresenta um paradoxo – a igreja é geralmente considerada como o oposto do “sistema costumeiro”. A igreja *Zione* não é a única que recebeu a comitiva da FRELIMO no âmbito da campanha eleitoral. Fontes fotográficas publicadas<sup>39</sup> mostram visitas às igrejas: Assembleia de Deus Internacional, Nhamangue e Igreja União Sião Apostólica de Moçambique.

Para o caso específico do líder religioso, recebe, em sua residência (a qual se encontra num estado avançado de degradação – pressupondo-se, por conseguinte, ser um indivíduo não privilegiado pelo sistema governamental em épocas não eleitorais) uma visita de membros do partido FRELIMO, em que vemos, sobre a mesa, uma bíblia e, o mais importante para a análise, um saco plástico contendo roupas, que, provavelmente são oferecidas ao líder religioso. De todas as formas, as três imagens mostram-nos a instrumentalização da fé à procura de votos, uma vez que os políticos não buscam a bênção, mas a influência que os líderes podem exercer nas suas respectivas comunidades que acreditam na bênção dos candidatos.

## Conclusão

A principal conclusão a que se pode chegar, com base nas fontes e discussões apresentadas ao longo deste artigo, é que os chefes costumeiros são agentes mobilizadores de massas eleitorais nas comunidades – os quais têm sido instrumentalizados pelos partidos políticos, ao longo das eleições, e pelo governo e Estado na implementação de planos e

---

<sup>37</sup> Ainda na mesma página em que foram feitas as capturas de ecrã, outras fotos nos sugerem para uma continuidade das relações entre o partido FRELIMO e os chefes locais. O governador de Inhambane visitou, em 2014, as lideranças locais de Homoine para pedido de votos.

<sup>38</sup> São indivíduos conhecidos como mensageiros dos antepassados ou que, pelo menos, conseguem comunicar-se com os antepassados transmitindo as suas mensagens. Apesar de colaborarem com os chefes costumeiros, há uma diferença importante entre eles, os chefes costumeiros, são “pais” de linhagens, grupos, famílias e até mesmo da comunidade. O *Nyanga* só trabalha com espíritos e plantas medicinais.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100069587841896>

projectos governativos. Não pretendemos, com isso, defender que os resultados eleitorais foram determinados pela instrumentalização dos chefes costumeiros, mas que a sua participação e o posicionamento político jogaram influência considerável. Ademais, a RENAMO, ao longo da guerra civil, tinha uma base social sustentada pelo descontentamento ante a modernização autoritária implementada pelo Estado. Os chefes costumeiros, sentindo-se excluídos dessas políticas, assim como as famílias obrigadas a abandonar as suas terras para se instalarem nas aldeias comunais, mantiveram alguma fidelidade pela RENAMO nas primeiras eleições.

Em geral, a instrumentalização dos chefes costumeiros nos processos eleitorais conheceu dois grandes momentos: (a) o primeiro, entre 1994 e 1999, no qual as relações entre os partidos políticos e os chefes costumeiros foram caracterizadas pela manutenção das colaborações iniciadas ao longo da primeira República (1975-1990). Quanto ao Estado e o governo *versus* chefes costumeiros, entendemos que o primeiro momento dessas relações é caracterizado por uma ação “independente” por parte dos chefes costumeiros. Ou seja, a intervenção do Estado nas atividades dos chefes locais é pouco notável, havendo casos em que recusam-se a colaborar com o governo distrital. Durante esse período, os chefes costumeiros contribuíram para a resolução de grande parte dos conflitos resultantes da guerra, sendo que tiveram o seu primeiro contato com o presidente da República no contexto da primeira campanha eleitoral (1994). Outro aspecto a notar quanto às relações com o poder político: nesse mesmo período, os chefes costumeiros das comunidades distantes da vila/sede do distrito mostram alguma simpatia pela RENAMO. Essa situação altera-se com a aprovação do Decreto 15/2000<sup>40</sup>, que acentua a marginalização dos «não simpatizantes» da FRELIMO, sendo um marco importante na mudança das relações entre o Estado, partidos políticos, governo e os chefes costumeiros.

Já segundo período (b), a partir de 2000, após os resultados de 1999, é marcado pela vitória da FRELIMO por uma margem mínima, em que aprovado o Decreto n. 15/2000<sup>41</sup>, tendo sido tomadas uma série de medidas para conquistar os chefes costumeiros e reforçar as estruturas locais do partido para torná-los influenciadores políticos nas eleições,

---

<sup>40</sup> CONSELHO DE MINISTROS. Decreto n. 15/2000, de 20 de junho de 2000. Estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do estado com as autoridades comunitárias. *Boletim da República*, n. 24, série 1, 20 jun. 2000.

<sup>41</sup> CONSELHO DE MINISTROS. Decreto n. 15/2000, de 20 de junho de 2000. Estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do estado com as autoridades comunitárias. *Boletim da República*, n. 24, série 1, 20 jun. 2000.

especialmente nas zonas rurais. Foi nesse contexto que, em 2004, pouco antes das eleições, adotou-se uma nova escala de pagamentos para os chefes costumeiros. Como resultado, passaram a sentir-se gratos e fazem campanha em nome do partido FRELIMO, participando nas reuniões oficiais do mesmo partido. A estratégia de aumentar as dotações de chefes costumeiros e de todos os outros “líderes comunitários”, durante o período pré-eleitoral, é recorrente. Os subsídios aumentaram em 2009, em 2014 e, finalmente, em 2019 (anos eleitorais). Esse período é marcado pela primeira mudança “democrática/voluntária” do presidente da República, em 2004, e pela “chegada” dos “homens armados da RENAMO”, em Homóiine (durante o período pré-eleitoral – 2013/4), que, de alguma forma, (re)estabeleceram contactos com os régulos (antigos colaboradores). Curiosamente, o governador provincial visitou Homóiine no mesmo ano, e os mesmos chefes fizeram uma cerimônia de bênçãos para o candidato. Enfim, um dos acontecimentos mais insígnies desse período foi a adesão dos chefes costumeiros de quase todas as localidades à FRELIMO, provavelmente devido às vantagens que traz a pertença ao partido no poder. Isso facilita ainda mais a instrumentalização destes em benefício dos objectivos partidários da FRELIMO.

## Referencias

### Imprensa, relatórios e diversos

ADMINISTRAÇÃO Conjunta Vai Vigorar no País. *Notícias*, 21 jun. 1995.

AP-ARCHIVE. *Mozambique*: election preparations, 23 set. 1994.

CHISSANO quer os líderes tradicionais. *Domingo*, 27 out. 1996.

COMISSAO NACIONAL DE ELEICOES. *Resultados eleitorais*, 1994.

COMISSAO NACIONAL DE ELEICOES. *Resultados eleitorais*, 1999.

DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE. *África do Sul responsável pelo massacre de Homóiine*, 23 jul. 1987.

DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE. *Bandidos armados cometem massacre em Homóiine*: 380 pessoas no sábado assassinadas. Doentes internados no hospital entre as vítimas, 22 jul. 1987.

DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE. *Boers não têm coração*: Primeiro-Ministro Machungo ao falar do massacre de Homóiine, 25 jul. 1987.

GOVERNO Em Campanha Eleitoral Aumentar "Tako" Para Autoridades Comunitárias. *Verdade*, 8 ago. 2019.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 267-289. ISSN: 1808-8031

MACHEL, Samora. *Guerra contra o inimigo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SRMTOxGqVEE&t=18s> Acesso em:

MOZAMBIQUE: National Election Preparations. *Ap Archive*, 21 jul. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jCTxZVnb-b0> Acesso em: 14 jun. 2022.

*Notícias*, 12 ago. 1998.

*Noticias*, 17 jul. 1995.

*Notícias*, 18 jul.1997.

*Noticias*, 29 out. 1999.

## Legislação

CONSELHO DE MINISTROS. Decreto n. 15/2000, de 20 de junho de 2000. Estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do estado com as autoridades comunitárias. *Boletim da República*, n. 24, série 1, 20 jun. 2000.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei n. 39.666, de 20 de maio de 1954. Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. *Diário da República*, n. 110, série 1, 1954.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-Lei n. 39.668, de 20 de maio de 1954. Regula a admissão ao exame do 2ª ciclo por disciplinas singulares no Liceu Afonso de Albuquerque [...]. *Diário da República*, n. 110, série 1, 1954.

MOÇAMBIQUE. *Constituição* de 11 de abril de 1933.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República Popular de Moçambique*, 1975.

MOÇAMBIQUE. *Acordo Geral de Paz de Moçambique*, 1990.

## Bibliografias

ALBERTO, Dercio Carlos. A Terra Como ‘bem coletivo’ no vale do Incomati: Estratégias de acesso, posse e partilha da terra nas associações agrárias de Marracuene (Moçambique)”. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 18, n. 50, p. 306-30, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT185069762> Acesso em: 14 nov. 2023.

AMSELLE, Jean-Loup. Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique. *In*: AMSELLE, Jean-Loup; M’BOKOLO, Elikia (ed.). *Au cœur de l’ethnie: Ethnies, tribalisme et États en Afrique*. Paris: La Découverte, 1985. p. 11 – 48.

AMSELLE, Jean-Loup. « L’ethnisation de la politique (suite) ». *Lignes*, n. 55, p. 137-148, 2018/1 DOI: 10.3917/lignes.055.0137. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-lignes-2018-1-page-137.htm> Acesso em: 12 ago. 2022.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 267-289. ISSN: 1808-8031

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (ed.). *Au cœur de l'ethnie: Ethnies, tribalisme et États en Afrique*. Paris: La Découverte, 1985.

BAYART, Jean-François. Postcolonial Studies: A Political Invention of Tradition? *Ab Imperio*, v. 2, n. 2, p. 65-96, 2013

CAHEN, Michel. Les bandits armés du Mozambique: de la légitimité dans une guérilla de droite, 20 & 21. *Revue d'histoire*, v. 141, n. 1, p. 128-141, 2019.

CAHEN, Michel. La Renamo à l'heure de sa sixième défaite aux élections générales (15 octobre 2019). *Politique africaine*, v. 160, n. 4, p. 187-209, 2020.

CHRETIEN, Jean-Pierre. Hutu et Tutsi au Rwanda et au Burundi. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (ed.). *Au cœur de l'ethnie: Ethnies, tribalisme et États en Afrique*. Paris: La Découverte, 1985. p. 129 -165

CHRETIEN, Jean-Pierre. *L'Afrique des Grands Lacs: Deux mille ans d'histoire*. Paris: Aubier, 2000.

CONNAN, Dominique; SIMÉANT-GERMANOS, Johanna. « John Lonsdale, le nationalisme, l'ethnicité et l'économie morale: parcours d'un pionnier de l'histoire africaine. Entretien avec Dominique Connan et Johanna Siméant ». *Genèses*, n. 83, p. 133-154, 2011-2012. DOI: 10.3917/gen.083.0133. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-geneses-2011-2-page-133.htm> Acesso em: 24 mar. 2023.

FORQUILHA, Salvador Cadete. *Des «autoridadesgentílicas» aux «autoridadescomunitárias»: le processus de mobilisation de la chefferie comme ressource politique: État, chefferie et démocratisation au Mozambique: le cas du district de Cheringoma*. 2006. Tese (Doutorado em Ciencia Politica) - Institut d'études politiques de Bordeaux, Bordeaux, 2006.

FORQUILHA, Salvador Cadete. *O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: Do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, 2009.

GEFRAY, Christian. *A Causa das Armas em Moçambique: Antropologia da Guerra Contemporânea de Moçambique*. Maputo: Edições Afrontamento. 1991.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MAE – Ministério da Administração Estatal. *Perfil do Distrito de Homoine, Província de Inhambane, Edição 2005*. Série Perfis Distritais. Maputo: MAE, 2005.

PASSADOR, Luiz Henrique. *Guerrear, casar, pacificar, curar: o Universo Da "tradição" e a Experiência Com O HIV/Aids No Distrito De Homoine, Sul De Moçambique*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

PERROT, Claude-Hélène. Introduction. *In*: PERROT Claude-Hélène; FAUVELLE-AYMAR François-Xavier (org.). *Le retour des rois: Les autorités traditionnelles et l'État en Afrique contemporaine*. Paris: Karthala, 2003. p. 7-24.

RITA-FEREIRA, António. *Crenças e práticas mágicas em Homoíne (Moçambique)*: Boletim de Instrumentos de Investigação científica de Moçambique. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1960.

TUNGA-BAU, Héritier Mambi. *Pouvoir traditionnel et pouvoir d'Etat en République Démocratique du Congo*: Esquisse d'une théorie d'hybridation des pouvoirs politiques. Kinshasa: MEDIASPAUL, 2010.

VAUGHAN, Olufemi. Les chefs traditionnels face au pouvoir politique. *Politique africaine*, n. 32, p. 44-56, 1988.+++